



1 ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
2 MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 06 DE OUTUBRO DE
3 2011, NO PLENÁRIO CONSELHEIRO EVARISTO GARCIA, SITUADO NA AVENIDA AFONSO
4 PENA, 2336, 14º ANDAR, FUNCIONÁRIOS.
5 Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas e vinte e cinco
6 minutos, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Cléber das Dores de Jesus deu início a
7 centésima nonagésima segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Belo
8 Horizonte, para tratar dos seguintes pontos de pauta: **1.** Informes gerais; **2.** Abertura e
9 verificação do número de conselheiros presentes para início da reunião; **3.** Informes Gerais; **4.**
10 Aprovação das atas: da 190ª reunião ordinária do cmsbh realizada no dia 04/08/2011, da 162ª
11 reunião extraordinária realizada em 18/08/2011; 191ª reunião ordinária do cmsbh realizada no dia
12 09/09/2011; **5.** Apresentação e apreciação do Edital da Parceira Público Privada para Prestação
13 de Serviços não Assistências de Apoio à Operação dos Centros de Saúde – CS, Central de
14 Material Esterilizados (CME) e Laboratório do Município de Belo Horizonte, precedidas de Obras
15 de Reconstrução de Novas Unidades, nos termos do edital de licitação, nos termos do edital de
16 licitação, modalidade Concorrência Pública, N.º /2011 MG'; **6.** Assuntos Gerais – 17h30. Aberto
17 para informes: **1.** A conselheira Claudete Liz de Almeida (usu-NCS) informou sobre a realização
18 de um seminário que será promovido pelo Hospital Odilon Berhens, no dia 24/11/2011, para tratar
19 sobre a desospitalização, quando também cujo convite será enviado em breve ao cmsbh. **2.**
20 Pontuou que o cmsbh participou de forma bastante organizada no Ato da Primavera da Saúde no
21 dia 27/09, ressalta que embora a atuação dos conselheiros não tenha sido 100%, os trabalhos
22 foram produtivos. Fez a proposta de que nas próximas viagens, o ônibus fretado fique disponível
23 para transportar os conselheiros dentro da cidade. Sobre a viagem a Brasília, manifestou-se ainda
24 o conselheiro Enildo Calixto Louback (trab-psind/mg), que pontuou que o cmsbh mais uma vez
25 “deu o tom à mobilização da Primavera da Saúde”. O conselheiro José Brandão Maia (Trab-
26 sintsprev) – Lamentou o esvaziamento da plenária do cmsbh neste dia. Sobre a viagem à
27 Brasília, informou que o valor da diária por conselheiro foi R\$ 300,00 x 43 = R\$ 12.600,00 (doze
28 mil e seiscentos reais); Ônibus R\$ 8.800,00. Questionou o aumento no valor de fretamento do
29 ônibus, uma vez que no mês de agosto, foi pago R\$ 6.690,00. Também questionou que o hotel foi
30 duplo ao invés de triplo, aumentando o valor. O total de gastos com a viagem foi R\$ 36.404, 00
31 (trinta e seis mil, quatrocentos e quatro reais). Pontua que o custo dessa viagem por conselheiro
32 foi de R\$ 827,00 (oitocentos e vinte e sete reais), portanto os conselheiros precisam fazer jus a
33 este investimento. Sobre a questão dos valores, o conselheiro Paulo César Machado (gestor-
34 smsa), pontua que é realmente necessário avaliar o porquê houve uma alteração no valor, do
35 mês de agosto para setembro. **3** O conselheiro José Brandão Maia solicitou que o cronograma
36 de reuniões e atividades do conselho sejam divulgadas no quadro de aviso da Secretaria
37 Executiva do Conselho, devido à problemas que estão acontecendo com a comunicação. **4.**
38 Solicita também que seja feito um levantamento de frequência dos conselheiros nas câmaras
39 técnicas. **5.** O conselheiro fez a proposta de que o Secretário Adjunto, Fabiano Pimenta venha ao
40 plenário do Conselho para apresentar informações sobre os indicadores de violência no trânsito,
41 principalmente os casos relacionados com motocicletas, e suas relações com saúde. Sobre este
42 assunto, também se manifestaram os conselheiros representantes de gestor, Paulo César
43 Machado e Marcos José Mendes Carvalho. **6.** O conselheiro Welson Alexandre Santos (trab-
44 sindibel) fez menção à morte do padre Geraldo Magela, e ressaltou a importância desta figura nos
45 movimentos estudantis da década de 1980. Informou também sobre uma matéria divulgada em
46 um jornal sobre o caos no atendimento de saúde em Brasília, e que culpavam o conselho de
47 saúde porque eles não estão aceitando a privatização do hospital. Comentou sobre uma matéria “
48 os Doutores de nota vermelha”, em que as universidades possuem índices insuficientes na
49 avaliação do Ministério da Educação. Pontua que o cms deve estreitar discussão sobre os
50 impostos (CSS) e também uma discussão sobre a formação em saúde. Parabenizou os
51 professores da rede pública de Minas Gerais que lutaram por cem dias para conseguir um piso
52 salarial de R\$ 1.300,00. O conselheiro denunciou ainda a falta do antígeno da eristoblastose
53 fetal, no município de Belo Horizonte. Sobre esta questão, Marcos José (gestor) justificou que o
54 medicamento está em falta em todo Brasil devido a escassez de matéria-prima, em Israel, que é
55 o produtor e fornece a matéria prima. Informa que o Brasil tem utilizado mais este medicamento
56 que outros países. A situação já foi comunicada ao Ministério Público, pela Secretaria Municipal

57 de Saúde de Belo Horizonte, e já não têm mais onde recorrer. 8. O conselheiro local, José
58 Florêncio (usu-oeste) informou sobre uma reunião da Gestão compartilhada, quando tratou-se da
59 questão do transporte público no município de Belo Horizonte. Informou ainda sobre uma visita
60 que o Prefeito realizará na regional oeste, no dia 27/10/2011. Pontuou sobre a dificuldade que foi
61 para que uma conselheira conseguisse atendimento médico em Brasília. O presidente Cléber das
62 Dores de Jesus esclareceu a situação que aconteceu com a conselheira Lúcia, e informou que foi
63 a própria conselheira foi direcionada para o SAMU, mas a mesma preferiu não aguardar o
64 atendimento médico. Sobre este assunto, o conselheiro Nilo Furtado (usu- mov popular) também
65 se manifestou com o mesmo posicionamento de Cléber. Paulo César Machado ressaltou que é
66 importante que os conselheiros quando forem viajar tenham consciência com a própria saúde, e
67 precisam ter um cuidado maior com medicamentos ou insumos que lhe sejam necessários para
68 isso. Não sendo responsabilidade do cmsbh cuidar dos pertences dos conselheiros. 9) A
69 conselheira Valéria de Almeida (usu-venda nova) perguntou se já houve a transferência de
70 unidades de saúde da regional noroeste para a regional oeste. Pontua que quando isso ocorrer é
71 necessário observar a questão de mudanças de conselheiros. Sobre este assunto, Marcelo
72 Gouveia Teixeira, Secretário de Saúde, esclarece que a orientação que está dando aos distritos é
73 a elaboração de uma estratégia de transição, visando principalmente priorizar a demanda dos
74 usuários. Pontua que o prazo final para transição é 01/01/2012, mas não está sendo adotado
75 nenhuma medida drástica, buscando atender as demandas das regionais envolvidas. Cléber
76 ressaltou que o caso dos conselhos distritais, é responsabilidade do conselho em questão discutir
77 sua situação e não de outro conselho. Paulo César fez a proposta que para o caso dos conselhos
78 distritais, as alterações sejam feitas a partir de janeiro de 2012, seguindo os prazos de transição
79 apresentado pelo Secretario. No entanto, a MD averiguará quais distritos já realizaram a transição
80 e quais faltam realizar para tomarem os encaminhamentos devidos. A conselheira Valéria
81 solicitou também que a Mesa Diretora verifique a possibilidade de solicitar à SMSA, cópia do
82 contrato com a Transfácil, bem como o relatório de créditos dos conselheiros nos últimos doze
83 meses. Tal situação justifica-se pelos problemas que vem ocorrendo com os créditos do cartão
84 bh-bus. Sobre esta questão, o conselheiro José Brandão Maia também se manifestou informando
85 que uma grande quantia de créditos que estavam contidos em seu cartão sumiram, e por isso
86 está de acordo em realizar uma auditoria no contrato com os cartões BHBUS. A Mesa Diretora se
87 prontificou em verificar a situação, para averiguar o que está acontecendo. 10) O conselheiro
88 Maia solicitou ainda que o cmsbh convoque uma plenária para discutir o protocolo de Manchester
89 nas unidades básicas de saúde. Sobre este assunto, Paulo César Machado pontuou que será
90 discutido nas câmaras técnicas. 11) A conselheira Valéria solicitou também que seja feito um
91 levantamento das frequências dos conselheiros para verificar se estão cumprindo o que está
92 proposto no regimento, e caso esteja sendo infringido, que os conselheiros faltosos sejam
93 substituídos. A conselheira fez uma apresentação das atividades realizadas no Conselho na
94 Praça em Venda Nova. 12) Paulo César Machado informou que esteve representando, na
95 semana passada, a SMSA em uma atividade Episcopal da região metropolitana de Belo
96 Horizonte, quando foi revelado que a Campanha da Fraternidade de 2012 terá o tema “
97 Fraternidade e Saúde”, e ressalta a importância da smsa e conselho estreitarem as relações com
98 a Igreja Católica, principalmente neste momento. Informou ainda que no dia 03/10 foi realizada
99 uma nova reunião para discutir o projeto de Lei sobre os conselhos no município. Embora a
100 reunião tenha sido esvaziado , os presentes definiram que acompanharão e ficarão em alerta sob
101 o projeto de lei. Sobre o evento de primavera da saúde em Brasília, informou que é uma proposta
102 da CEBES fazer com que este ato ocorra de forma descentralizada, e por este ato terá um fórum
103 também em Belo Horizonte, e que o cmsbh realizará um ato de abertura no dia 21/10/2011,
104 quando estarão convidadas as entidades interessadas em entrar em defesa de um financiamento
105 adequado para a saúde. O primeiro direcionamento para as discussões foram apresentados hoje
106 em uma reunião com o colegiado de Mesas Diretoras. 13) Informa ainda que no dia 14/10 às 10h
107 será realizada uma reunião com o colegiado de mesas diretora e representantes de comitês de
108 combate a dengue neste município, cujo objetivo é fazer um diagnóstico das ações que vem
109 sendo realizadas para combate à dengue neste município, e elaborar uma agenda conjunta de
110 ações, entre estes dois fóruns e a smsa. 14) Informou que no dia 17 de outubro acontecerá uma
111 nova reunião da câmara técnica de política inter-setoriais, com um representante do projeto
112 Manuelzão, para tratar sobre a questão de saneamento no município. Os conselheiros José

113 Brandão Maia e Valéria Almeida se manifestaram sobre o sumiço de créditos dos seu cartão bh-
114 bus. Solicitam que seja feita uma auditoria na questão. Paulo César Machado esclareceu que a
115 questão será discutida na MD, para os devidos encaminhamentos, uma vez que neste momento a
116 mesa diretora não está em posse de dados ou informações que possam esclarecer a situação;
117 15) Logo em seguida, a fala foi passada para o Secretário Municipal de Saúde, **Marcelo Gouveia**
118 **Teixeira**, que pontuou sobre a questão dos valores da viagem à Brasília (Primus) ou da questão
119 das cargas ou “descargas” do cartão bh-bus, que se a Plenária entender a necessidade de
120 montar uma comissão de conselheiros para acompanhar a reunião com a Primus, a gestão não
121 se oporá. Ressalta que no caso de variação de valores na hospedagem de contratação de ônibus,
122 é necessário avaliar a sazonalidade, mas que o cmsbh tem toda autonomia para indicar
123 representantes para acompanhar esta auditoria, tanto na questão das viagens como na questão
124 da carga dos cartões bh-bus. O Secretário informou ainda que a SMSA entregou nesta semana,
125 ao Ministério da Saúde, dois projeto de grande importância: 1) Adesão da região do município de
126 Belo Horizonte à Rede Cegonha ; 2) Projeto para reestruturação da rede de urgência em Belo
127 Horizonte e região metropolitana, que visa aporte de recursos para otimizar esta rede; em que o
128 município de Belo Horizonte engloba o conjunto de 104 (cento e quatro) cidades entregou o
129 projeto ao Ministério da Saúde; e ressaltou que acredita que até o final do ano já terão notícias
130 sobre os recursos financeiros e portas de entrada para este projeto 3) Também foi apresentado
131 ao Ministério da Saúde, um projeto que monta 40 milhões de reais qualificação da rede primária,
132 sendo para reformas, construção, de sendo, das unidades de saúde academias da cidade. E o
133 também há um projeto par qualificação da atenção primária, que é o que será votado na reunião
134 de hoje. Realçou sobre a importância da aprovação da Emenda Constitucional 29, na Câmara de
135 Deputados e ressaltou que o Senado pode aprovar o texto conforme proposto pelo senador Tião
136 Viana, mas acredita que o ponto mais difícil será no senado (81 senadores são favoráveis).
137 Ressaltou que ainda que não tenha o ganho dos 10% do PIB, só o fato de se definir o que é o
138 gasto com a saúde, já será um ganho para a população. Ressalta que a mistura de interesses
139 pode prejudicar o resultado da aprovação no Senado; 3) Informou que no dia de hoje pela manhã
140 a smsa entregou 231 (duzentos e trinta e um) leitos no Hospital São Francisco, ficando este
141 hospital integralmente dedicado a saúde pública do município, antes funcionavam apenas 80
142 leitos. Com esta ação, o Hospital São José atinge a marca de 204 (duzentos e quatro) leitos
143 integralmente dedicados ao Sistema Único de Saúde (antes possuía 84 leitos); Ressalta que
144 atualmente 50% das pessoas que ocupam leitos em BH, são de pessoas declaradamente não
145 residentes neste município. Existem 603 leitos abertos, de janeiro à outubro em Belo Horizonte,
146 sem construir novos hospitais. Atualmente os hospitais que possuem leitos para o SUS no
147 município, são: Santa Casa, São José, Odilon Berhens, Nossa Senhora Aparecida, Hospital das
148 Clínicas etc. O mês de outubro, a cidade atingiu ainda a marca de 41 (quarenta e uma)
149 Academias da Cidade – cujo objetivo é a promoção da saúde e prevenção a doença; ressaltou que
150 até dezembro de 2011 serão inauguradas mais 8 academias atingindo antes do prazo previsto, a
151 meta proposta pelo Ministério da Saúde; Ressaltou sobre a submissão ao cmsbh do Edital do
152 Projeto da Parceria Público Privada na Atenção Primária do SUS – BH. Pontuou que este é um
153 projeto estratégico para o município, e o debate sobre o assunto hora converge, hora diverge.
154 Lembra que o assunto foi debatido anteriormente neste plenário, e também na Conferência
155 Municipal. Que no primeiro momento em que o projeto foi apresentado no plenário ainda estava
156 em processo de elaboração, e que foi assumido um compromisso que assim que ele fosse
157 concluído deveria ser apreciado novamente pelo conselho, lembrando que o projeto ficou algum
158 tempo sobre estudo e sobre consulta pública. O assunto já foi discutido nas câmaras técnicas do
159 conselho. Informou que a Câmara Municipal aprovou no mês passado o projeto em primeiro turno
160 por unanimidade. Desde segunda feira, um conjunto de parlamentares, está adotando estratégia
161 para derrubar o quorum da sessão na Câmara Municipal. Pontua que a mobilização está em torno
162 de derrubar um projeto de lei referente à Ressaltou que a câmara votará até o dia 15 de outubro,
163 o projeto da PPP, e aponta a possibilidade de talvez os cms conversar com os vereadores para
164 buscar sensibilizá-los. Ressalta que o Diretório do Partido dos Trabalhadores encaminhou à
165 bancada da Câmara dos Deputados, um documento solicitando que os representantes do partido
166 votem contrários ao projeto de Parceria Público Privada na Saúde e na Educação. No entanto, o
167 diretório da câmara não obedeceu a orientação. Solicita que os conselheiros avaliem bem o
168 projeto, visto a sua importância para o município; O conselheiro Welson Alexandre pergunta se as
169 recomendações retiradas no plenário serão acatadas pela SMSA. O Secretário pontuou que não

170 poderia se manifestar a este respeito, uma vez que se caso haja recomendações que inviabilizem
171 a execução do edital, não é possível dar um parecer de imediato; O Secretário pediu licença para
172 se retirar do plenário, informando que teria uma reunião com o Prefeito às 16h; 16). A conselheira
173 Sângela Hilarino (usu – pampulha) informou que foi aprovada no doutorado em Coimbra, e quer
174 dividir esta alegria com os demais membros do Conselho Municipal de Saúde, agradece a
175 oportunidade de ter sido conselheira municipal. Ressalta que ainda não está se desligando
176 formalmente do conselho, e participará do conselho até o último momento. A participante, Tuliola
177 Almeida de Souza Lima (Fórum Permanente de Defesa do SUS -psicóloga - usuária do SUS)
178 questionou porque no que no último edital do concurso para saúde, porquê o edital não está
179 consideração os títulos, ela acha estranho a Gestão não está considerando os títulos para
180 classificação. Marcelo Gouveia registra que Belo Horizonte vinha desde 2006, com impedimentos
181 judiciais para realizar concurso. Ressalta que quando a gestão da smsa se inteirou da questão
182 junto com a pbh e com secretário de governo, a opção foi de contratar todos aqueles que haviam
183 passado no concurso. Chamou-se portanto todos aqueles que haviam passado no concurso.
184 Essas nomeações foram feitas ao longo de 2010 e 2011. No caso dos títulos, ele esclarece que a
185 smsa investe muito em capacitação, especialização, mestrado. Ele ressalta que o direcionamento
186 do SUS-BH é uma opção política em formar o profissional na rede. A opção política se direciona
187 para uma formação do profissional a partir da vivência do SUS. Após dados os informes, a Mesa
188 Diretora passou para 4. **Aprovação das atas: da 190ª reunião ordinária do cmsbh realizada**
189 **no dia 04/08/2011, da 162ª reunião extraordinária realizada em 18/08/2011; 191ª reunião**
190 **ordinária do cmsbh realizada no dia 09/09/2011, considerando que os conselheiros terem**
191 **informado que não receberam as atas, em tempo hábil para leitura, a aprovação das**
192 **mesmas se dará na próxima plenária. Faz uma correção no cabeçalho do Parecer da 068/11**
193 **da CTF; Entrando no 5º Pauta:** Apresentação e apreciação do Edital da Parceira Público
194 Privada para Prestação de Serviços não Assistências de Apoio à Operação dos Centros de
195 Saúde – CS, Central de Material Esterilizados (CME) e Laboratório do Município de Belo
196 Horizonte, precedidas de Obras de Reconstrução de Novas Unidades, nos termos do edital de
197 licitação, nos termos do edital de licitação, modalidade Concorrência Pública, N.º /2011 MG. Para
198 esclarecer sobre o projeto foi convidada Gerente de Projetos da Secretaria Municipal de Saúde,
199 Denise Viana Amador. A representante da Secretaria Apresentou as informações com alterações
200 (projeto na íntegra em arquivos do cmsbh). Ressalta que a PPP é um modelo de contratação que
201 envolve o setor público e privado, a fim de ampliar o acesso aos serviços público. Pontua que
202 seria melhor se o SUS tivesse financiamento suficiente para arcar sozinho com os serviços. No
203 entanto, para a ampliação e reformas de algumas unidades, a PPP pode agilizar o processo.
204 Informou que o projeto foi trabalhado em cima de consulta pública com perguntas e sugestões .
205 As sugestões pertinentes foram acatadas, e as respostas ficaram no site. Ressaltou que a
206 parceria público privada estabelecida neste município é de serviços não assistências. Ressalta
207 que a PPP se aproxima da Lei 8666, no entanto a diferença é que a empresa que participa da
208 licitação da parceria precisa investir previamente na construção, reforma ou prestação de
209 serviços. Ressalta também que não foi criado no projeto nenhum serviço que já existisse na rede
210 e que estava terceirizado. Os contratos “vários” elaborados pela lei 8666, foram transformados
211 em parceria público privado. Os prazos dos contratos das parcerias públicos privadas vão de
212 cinco anos à trinta e cinco anos. Ressalta que neste modelo é necessário que a empresa precisa
213 investir na construção, antes de assumir o serviços. Na parceria público privada o pagamento é
214 feito a partir do desempenho e disponibilidade na execução dos serviços. Informa que na parceria
215 público privada existe uma única empresa que cuida de todas as questões, diferente da lei 8666,
216 que trata com várias empresas diferentes. Informa que Belo Horizonte possui atualmente 147
217 (cento e quarenta e sete unidades), e a partir do projeto era necessário procurar realizar uma
218 redivisão nas áreas de abrangência, procurando manter a unidade com quatro ou no máximo
219 cinco equipes. Informa que os cinco anexos existentes se tornaram unidades de saúde. A
220 redivisão de área de abrangência foram apontadas pelos próprios distritos. Dentro disso, aparece
221 dezoito novas unidade incluídos os anexos; reconstrução de 54 unidades; reforma e ampliação de
222 43 (número mudou em virtude de uma característica técnica);. Ela faz uma ressalva em
223 informações da reunião anterior, esclarecendo que somente as unidades do Orçamento
224 Participativo que já tiverem projetos é que entrarão na PPP; uma central de material esterilizado
225 e um laboratório uma vez que estas estão ligadas às unidades de atenção primária. Ela ressalta

226 que a parte de assistência e gerenciamento geral das unidades é de responsabilidade da
227 Secretaria Municipal de Saúde. Caberá a parceria privada, as obras civis, mobiliário, engenharia e
228 manutenção, higiene e limpeza, manutenção de equipamentos, registro de materiais
229 imunobiológicos; logísticas de medicamentos, tecnologia e informação e teck desk. O escopo
230 básico do projeto foi elaborado considerando a realidade das unidades de saúde, a fim de
231 estabelecer uma adequação mais viável. E acréscimo de academia da cidade em regiões em que
232 não existe esta unidade na área de abrangências do centro de saúde. Identidade visual também é
233 de responsabilidade da empresa privada, cuja identidade será trabalhada de forma padronizada.
234 A gerente também apresentou aos conselheiros outros detalhes do projeto. Após apresentação
235 da Gerente, convidou-se os representantes das câmaras técnicas para realizarem a leitura dos
236 pareceres. **A conselheira Heloysa Lino Vaz Despinoy (trab-somge)** fez a leitura do Parecer
237 069/11 – CTGFT: “ A Câmara Técnica de Gestão da Força do Trabalho reuniu-se no dia 30 de
238 setembro de 2011, para apreciação e análise do Edital de Licitação e proposta do Contrato de
239 Concessão Administrativa em Regime de Parceria Público-Privada – PPP -, apresentado pela
240 Gerente do Projeto, Denize Vianna Amador. Após análise, os membros da referida câmara
241 técnica recomenda ao plenário do CMSBH a aprovação da proposta com as seguintes
242 recomendações e ressalvas: Que o contrato explicita as definições do que são Serviços
243 Assistenciais e não Assistenciais, e que todo o contrato seja fiel á Resolução CMSBH N.º 292/11,
244 aprovada em 31/03/2011, pela plenária do CMSBH; Que o contrato defina o que são atividades
245 geradoras de receitas extraordinárias; Que os serviços prestados nas dependências da rede
246 municipal, sejam de uso exclusivo do SUS/BH ou em conformidade com o pactuado na
247 Programação Pactuada Integral – PPI; Com relação ao item 13.9 do Contrato de Concessão (Versão 27/09/2011), que trata da substituição dos empregados terceirizados, que sejam
248 garantido á eles amplo direito de defesa nos casos por ele previsto na substituição de
249 empregados antes de aplicar as sanções; No item 13.12 acrescentar que os informes usados
250 pelos trabalhadores terceirizados estejam em conformidade com as atividades exercidas;
251 Quanto ao monitoramento eletrônico de segurança nas unidades de saúde, CME e laboratório,
252 que seja preservada a intimidade a liberdade sem constrangimento dos trabalhadores e usuário;
253 Reiteramos o cumprimento das normas técnicas da Vigilância Sanitária; Criação de
254 mecanismo de transparência e publicização do sistema de mensuração de desempenho e
255 mecanismo de pagamento da concessionária; Que seja vedada a concessionária e empresas
256 vinculadas à mesma contribuições nos financiamentos de campanha política”. Belo Horizonte, 06
257 de outubro de 2011. WELSON ALEXANDRE SANTOS Coordenador da Câmara Técnica de
258 Gestão da Força do Trabalho. O conselheiro, Wilton Rodrigues fez a leitura do Parecer CTF de
259 N.º 068/11: “A Câmara Técnica de Financiamento reuniu-se no dia 30 de setembro de 2011, para
260 conhecer e analisar a consultoria pública das Parcerias Públicas Privadas (PPP) apresentado pela
261 Gerente do Projeto nas unidades Básicas de Saúde, Denize Vianna Amador. Após análise, os
262 membros presentes da referida câmara técnica constataram que como não houve mudança em
263 seu contexto, por este motivo reafirmamos nosso parecer favorável ao Plenário do Conselho
264 Municipal de Saúde de Belo Horizonte, com a seguinte recomendação: Que as obras que estão
265 no Orçamento Participativo (OP) sejam incorporadas imediatamente a Parceria Pública Privada”.
266 Belo Horizonte, 30 de setembro de 2011. Wilton Rodrigues/ Coordenador da Câmara Técnica de
267 Financiamento. Em seguida a **conselheira, Ângela dos Santos (trab- sindsaúde/mg)** fez a
268 leitura do Parecer CMSBH 067/11: “ As Câmaras Técnicas de Controle Avaliação,
269 Financiamento e Gestão da Força do Trabalho reuniram-se no dia 30 de setembro de 2011, para
270 apresentação do Projeto de Qualificação da infra - estrutura da Atenção Primária á Saúde (APS)
271 de Belo Horizonte, principais modificações, minutas finais, edital e contrato. Em razão das
272 modificações ocorridas, vale a pena fazer um retrospecto. No início deste ano, a Gerente do
273 Projeto nas unidades Básicas de Saúde, Denize Vianna Amador, veio às câmaras técnicas deste
274 conselho, apresentando a proposta de intenção de reforma, ampliação e construção das
275 Unidades Básicas de Saúde (UBS, sendo cento e quarenta e sete (147), via Parcerias Públicas
276 Privadas (PPP), em que estava estabelecida a concessão para prestação de serviços não
277 assistenciais as UBS (147) do município. Tal proposta foi exaustivamente discutida, debatida e
278 não por unanimidade, (sendo duas (2) câmaras técnicas a favor e 1(uma) contra e uma,
279 dezenove (19) votos a favor e onze (11) contra), foi aprovada por este conselho a então já
280 proposta de implantação da PPP para a construção, reestruturação e readequação do espaço
281 físico, mobiliário e equipamento das UBS (147) de BH, com várias recomendações. Os membros
282

283 desta Câmara Técnica de Controle e Avaliação, após apreciar o que foi apresentado, percebendo
284 as grandes modificações feitas após a aprovação, não por unanimidade, da proposta de
285 implantação das PPPs na construção, reestruturação e readequação do espaço físico, mobiliário
286 e equipamentos das UBS de BH, recomendam que: 1º A gestão cumpra na íntegra o que foi
287 aprovado por este conselho em 31/03/2011, conforme resolução CMS/BH – 292/11; 2º A gestão,
288 em momento algum, em circunstância nenhuma, após a aprovação de qualquer matéria por este
289 conselho, faça qualquer modificação; 3º A gestão em momento algum se sinta legitimada a alterar
290 redação do que for redigido por este pleno do conselho, possibilitando interpretação e
291 implementação diferente do que estiver sendo aprovado ou não; 4º A gestão, ao citar este
292 projeto, coloque que o mesmo foi modificado após aprovação, não por unanimidade, do conselho.
293 Tal ação é inconcebível e inaceitável; 5º Que seja criada, imediatamente, a comissão, aprovada
294 em plenária, do conselho para acompanhar a implantação do projeto”. Belo Horizonte, 30 de
295 setembro de 2011. ANGELA EULÁLIA DOS SANTOS Coordenadora da Câmara Técnica de
296 Controle, Avaliação e Municipalização. **Após leitura dos pareceres**, abriu-se espaço para que os
297 representantes do plenário pudessem se expressar. 1) O conselheiro Wilton Rodrigues (usu-
298 barreiro) ressaltou que a CTF orientou pela aprovação do projeto, uma vez que os membros não
299 identificaram alterações de valores, mesmo com a mudança no n.º de 147 (cento e quarenta e
300 sete) unidades básicas para 168 (cento e sessenta e oito). Sobre esta questão manifestou-se
301 também, Paulo César Machado. O conselheiro Wilton solicitou maiores esclarecimentos sobre as
302 unidades do orçamento participativo, 2) O conselheiro Paulo César pontuou ainda que não
303 percebeu na nova redação do projeto, alterações que prejudiquem o objetivo inicial. Sobre esta
304 questão manifestaram as conselheiras Angela Eulália e Valéria Almeida, que ressaltaram que
305 uma vírgula pode mudar toda a informação que está querendo ser repassada. 3) Paulo César
306 Machado, e André Cristiano (trab- sinmed-mg) e Romeu Pires (usu-norte) apontaram sua
307 preocupação com o processo de transição das atuais prestadoras de serviços nas unidades de
308 saúde, para aquelas da Parceria Pública Privada. Sobre esta questão, Denise Viana Amador
309 esclareceu que até que tudo se organize, haverá um período de transição, de um contrato para
310 outro, haverá um tempo para adaptação e elaboração do processo de logística (no contrato está
311 apresentado os prazos. Paulo César atentou para que a logomarca do SUS apareça em posição
312 destacada colocada, porquê no projeto ela não aparece. Denise pontuou que realizará esta
313 correção. 3) André Cristiano questionou sobre o n.º de consultórios de cada unidade, mesmo nas
314 unidades novas e se as novas unidades terão logísticas (infra-estrutura e estrutura) que
315 garantirão a privacidade durante o atendimento dos usuários e segurança para as unidades. Se o
316 mobiliários das unidades de saúde serão padronizados, e se a SMSA está pensando em
317 ergonomia que previnam doenças para os trabalhadores. Sobre esta questão, Denise Viana
318 ressaltou que SMSA está procurando atender os requisitos parâmetros. No caderno de obras não
319 dirá o que foi feito, para não ficar sem liberdade para realizar alterações no decorrer no tempo; há
320 a necessidade do acompanhamento do conselho local para avaliar a execução da obra, conforme
321 cronograma pré-definidos. O projeto das novas unidades está preocupando com a privacidade no
322 atendimento dos pacientes. Substituição de mobiliários seguirá parâmetros estabelecidos no
323 projeto, avaliando também questões técnicas e prazos; impressora matricial – há uma proposta
324 de impressão (multifuncional). 4) O conselheiro local do distrito oeste, Geraldo Florêncio (usu)
325 reafirmou a importância do controle social está envolvido em todo o processo de implantação do
326 projeto nas unidades de saúde. 5) o conselheiro distrital da oeste, José Carlos (usu) pergunta de
327 quem será a responsabilidade de avaliar as empresas para executar o pagamento. Sobre esta
328 questão, Denise esclareceu que no Projeto, existe um caderno que especifica como as empresas
329 serão avaliadas, e apontam ainda quais serão os indicadores que devem ser alcançados, e
330 somente assim serão efetuados os pagamentos. O conselheiro local também questionou sobre a
331 mudança no tempo de concessão das empresas, que inicialmente seria de 36 anos e agora será
332 de 41 anos. O conselheiro Marcos Mendes (gestor) ressaltou a importância da mobilização dos
333 conselheiros para sensibilizar a Câmara Municipal votar até o dia 15/10 o projeto das Parcerias
334 Públicas Privadas. 6) A conselheira Ângela Eulália dos Santos ressaltou que houve modificações
335 no projeto apresentado em março de 2011. No início haveria intervenção apenas nas unidades de
336 saúde, no entanto o projeto atual insere o centro de materiais esterilizados e laboratório. Sobre a
337 solicitação por parte do Secretário de Saúde para os conselheiros se mobilizarem para ir à
338 Câmara Municipal para os vereadores votarem o projeto de ppp, lembrou que a população e
339 conselheiros não se mobilizam, quando os trabalhadores da saúde fazem greve por questões

340 salariais. E a gestão está pedindo essa mobilização por parte da população somente porquê é
341 interesse a aprovar o projeto das parcerias pública privada. Ainda sobre esta questões, a
342 conselheira Martha Auxiliadora reforçou a proposta do Secretário de Saúde e propôs a criação de
343 uma comissão para visitar os vereadores, a fim de sensibilizá-los a votar o projeto da parceria
344 pública privada, considerando a situação precária de várias unidades de saúde. 7) A conselheira
345 Valéria Ferreira perguntou sobre o n.º final de unidades que passarão por reformas e quantas
346 novas unidades serão construída. Denise Viana esclareceu que serão 58 reconstruções, 18
347 revitalizações. A conselheira Valéria ressaltou ainda a importância de considerar a forma com a
348 qual o texto foi escrito, porquê isso, faz muita diferença no final. Também pontuou sua
349 preocupação com o tempo que será dado às empresas para a execução do serviço, e que a
350 secretaria municipal de saúde deve verificar a possibilidade de fazer um escalonamento dos 36
351 meses (prazo limite), uma vez que existem algumas unidades que necessitam de uma
352 intervenção com uma urgência maior. 8) a conselheira pontuou ainda se as novas unidades terão
353 infraestrutura, principalmente para sub-espera, e acessibilidade garantida, sendo em modelo
354 horizontal ou vertical, é necessário que se tome uma atenção maior principalmente devido a
355 questão com a acessibilidade. Também perguntou se os centros de saúde reformados atingirão o
356 padrão das novas unidades. Sobre estas questões Denise Viana esclareceu que virá um caderno
357 dentro do contrato, especificando cada caso, e que após a licitação, o projeto da obra deverá
358 passar pelo crivo da comissão local, a fim de que a população verifique se o projeto atenderá às
359 necessidades. O conselheiro Ivan Matheus (usu-lete) pontuou as novas unidades de pronto
360 atendimento também entrem no projeto da parceria público privada. Cléber das Dores esclareceu
361 que não este projeto não contempla a construção de upas. O Presidente do Conselho também
362 informou que esta semana encaminhou um documento à Câmara Municipal de Saúde, com os
363 pareceres aprovados no Plenário do Conselho em 31 de março. Após esclarecimentos da
364 plenária, a Mesa Diretora submeteu a aprovação dos pareceres das 069/11, CTF 067/11, CTGFT
365 068/11 e CTCAM 069/11. Paulo César Machado levantou a discussão de que o parecer da
366 CTCAM aponta um preâmbulo, principalmente o 2 e 3º parágrafo do parecer não precisam entrar
367 na resolução. Ele acha que não faz parte de um parecer que deve ser aprovado. Portanto, propôs
368 que aprovado os pareceres, a redação final ficasse a cargo da mesa diretora, considerando as
369 discussões pontuadas nesta plenária. Ângela Eulália esclareceu que o parecer foi elaborado
370 desta forma, para esclarecer como foi a discussão no plenário em 31/03/2011, e que a câmara
371 técnica solicita que seja cumprido na íntegra o que foi aprovado em março, e na plenária de hoje
372 há uma nova discussão, sendo que em março foi a aprovação de 147 unidades de saúde, e o
373 projeto atual insere mais 27 unidades. Ressalta que os membros da câmara técnica não são
374 contra o projeto. Também manifestou sobre o assunto, Valéria Almeida, que lembrou que no mês
375 de março, o plenário aprovou que a gerência de planejamento poderia aprofundar no projeto e
376 trazer novas informações ao plenário. E lembrou ainda que uma vez aprovado os pareceres, o
377 conteúdo contido nele deve ir para a resolução. Após debate e esclarecimentos, a Mesa Diretora,
378 com a aprovação do plenário conduziu a aprovação dos pareceres de forma individual. **Os**
379 **pareceres da CTF e CTGFT foram aprovados por unanimidade.** Já o parecer da CTCAM não
380 foi aprovado por maioria dos presentes. A conselheira Ângela Eulália esclareceu que a CTCAM
381 não é contra o projeto, mas sim pela modificação que houve desde a primeira apresentação em
382 31/03/2011, e por isso foram feitas várias considerações no parecer da CTCAM. A redação final
383 da resolução será finalizada na Mesa Diretora. Também foi aprovada a aprovada a constituição
384 de uma comissão, para ir a Comissão para ir à Câmara Municipal para sensibilizá-los para
385 votação da ppp. A comissão será composta por Martha Auxiliadora, Valdelice, Wilton e Cléber, e
386 outro conselheiros que se interessarem participar. A Mesa Diretora definirá o dia da visita e
387 comunicará aos membros; ASSUNTOS GERAIS: Paulo César Machado informou que recebeu a
388 informação, por terceiros, que o conselheiro Ivan Mateus não vai mais participar da comissão
389 especial de trabalho, sendo esse conselheiro substituído por Oswaldo Romualdo Filho. A
390 informação foi confirmada, por Ivan, cuja justificativa foi o grande número de atividades que ele
391 tem que participar. Portanto a partir desta data, o conselheiro Oswaldo Romualdo Filho comporá
392 a comissão especial de trabalho. O nome deste conselheiro havia ficado na suplência, quando
393 formou-se a comissão. Sr. Wilton fez a leitura dos informes da Mesa Diretora das reuniões e
394 atividades do conselho a partir do dia 07/10/2012. **Conselheiros presentes:** Adi dos Santos (t);
395 Adolpho von Randown Neto (t) e Rubens Ribeiro Leite; Ana Maria de Jesus (t); André Cristiano
396 dos Santos (s); Ângela Eulália dos Santos (t); Carlos Moreira de Abreu (t); Claudete Liz de



- 397** Almeida (t) e Rui Moreira (s), Cléber das Dores de Jesus (t) e Jorge Ribeiro Nascimento Marques
398 (s), Ederson Alves da Silva (t) ; Heliana Conceição Moura(t) e Rosemeire Rodrigues de Souza (t),
399 Lúcia Ferreira Passos (t) e Cleide Alves Siqueira (s), Maria Cândida de Lélis Moreira (t); Maria das
400 Graças de Souza Vieira (t), Marcos José Mendes (t), Nilo Furtado (s), Oswaldo Romualdo de
401 Paula Filho (t) e Romeu Pires de Araújo (s), Paulo César Machado Pereira (t), Sandra Maria dos
402 Santos (t) e Maura de Lourdes Canella (s), Valdelice de Moura (t) e José Brandão Maia (s); Valdir
403 Matos de Lima (t) ; Valéria Almeida Rocha Ferreira (t) e Carmem Aparecida Silva Assis; Welson
404 Alexandre Santos (t) e Maria José da Silva (s), Wilton Rodrigues (t) e Messias Pereira da Silva (s).
405 JUSTIFICATIVAS: André Cristiano dos Santos, Maria Inês Ribeiro Oliveira, Sandra Maria Santos
406 e Sângela Márcia Hilarino. O conselheiro Enildo Calixto Louback justificou sua saída antes do
407 término da reunião porquê foi participar da Conferência Estadual sobre Trabalho Decente. Nada
408 mais havendo para ser tratado, a reunião encerrou às 18h15', quando foi lavrada a presente ata
409 que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e Secretário Geral do Conselho
410 Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 06 de outubro de 2011. ETC.